

Variação e iconicidade: a representação morfossintática de uma hierarquia semântica¹

Helena Gryner
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract

In portuguese *if*-clauses there occur three morphosyntactic alternative forms – *present indicative (PI)*, *futur subjunctive (FS)* and *imperfect subjunctive (IS)*. Traditional grammars correlate these to the three semantic categories of *realis*, *potentialis* and *irrealis*. Actually, the *realis* appear only in *PI* and the *irrealis* in *IS*. However, sociolinguistic analysis shows that the *eventual potentialis* often has a *PI* form; and the *habitual or generic potentialis*, that are similar to the *realis*, may appear in the *FS*. This paper focuses on the in/variability of these forms. It identifies an iconically motivated epistemic hierarchy where statistical distribution codifies the probabilistic perception of the reality continuum.

1. APRESENTAÇÃO

1. 1. O problema

A presente pesquisa trata da correlação entre formas morfosintáticas e categorias semânticas nas orações condicionais. O verbo das condicionais de *-se* do português falado admite distintas flexões modo-temporais. As mais comuns são: o presente do indicativo (PI), o futuro do subjuntivo (FS) e o imperfeito do subjuntivo (IS) (cf. (1)-(3), abaixo):

- a) *presente do indicativo*:
(1) Se você *insiste*, eu conto.
- b) *futuro do subjuntivo*:
(2) Se você *insistir*, eu conto.
- c) *imperfeito do subjuntivo*:
(3) Se você *insistisse*, eu contava.

Tradicionalmente estas formas têm sido correlacionadas a três modalidades epistêmicas: *realis*, *potentialis* e *irrealis* (parafraçadas em (4)-(6), abaixo):

- a) *realis*:
(4) Se (= já que) você *insiste*, eu conto.
- b) *potentialis*:
(5) Se (= por acaso; = sempre que) você *insistir*, eu conto.
- c) *irrealis*:
(6) Se você *insistisse*, eu contava.

Com efeito, a *realis* se apresenta exclusivamente no PI e a *irrealis* no IS.² No entanto, um estudo mais acurado da fala informal

do Rio de Janeiro revela que, embora as correspondências tendam a persistir, as relações que se apresentam são muito mais complexas. Por um lado, ocorre freqüentemente indicativo em potenciais. Por outro, as condicionais genéricas, um tipo semelhante à *realis*, muitas vezes apresentam o verbo no subjuntivo. Colocam-se, portanto, as duas questões que norteiam este trabalho: a) Qual a natureza (unívoca/não-unívoca destas correlações? b) Qual a função das diferentes distribuições dos usos (categóricos e variáveis) das formas modo-temporais na estruturação de um sistema epistêmico unificado?

O artigo é composto de duas partes. A primeira parte contextualiza a pesquisa. Divide-se em duas seções. Na primeira, apresenta-se o problema das correlações entre formas modo-temporais (presente do indicativo, futuro do subjuntivo e imperfeito do subjuntivo) e funções semânticas (modalidades real, potencial e irreal) nas condicionais de *se*. Em seguida discutem-se os princípios explanatórios fornecidos pelos modelos funcionalista e variacionista.

Na segunda parte descrevem-se as distintas formas modo-temporais das condicionais e se analisa o seu uso no contexto. É dividida em quatro seções: a primeira caracteriza as orações condicionais, com base nas marcas e funções modo-temporais. A seguinte analisa qualitativamente, com base nos princípios funcionalistas (Givón, 1990 e 1991), as correlações unívocas entre duas formas categóricas e os respectivos valores epistêmicos. A terceira analisa quantitativamente, com base na Teoria da Variação (Labov, 1972),³ a correlação plurívoca entre duas formas variáveis de codificar uma mesma categoria epistêmica e dois contextos semântico-pragmáticos relevantes. A quarta seção, finalmente, correlaciona a escala estatística constituída pelos graus de freqüência do uso (categórico ou variável) das formas morfossintáticas aos graus semânticos da factualidade que elas codificam – estrutural e estatisticamente.

1.2. Questões teóricas

As posições do Funcionalismo e da Teoria da Variação sobre a relação entre forma e função (significado) na linguagem são

aparentemente irreconciliáveis. Assim, para os funcionalistas, o código lingüístico é basicamente icônico (Givón, 1990). O conceito de iconicidade remonta, embora não se reduza aos seus termos, ao preceito de Aristóteles: o pensamento reflete a realidade e a linguagem reflete o pensamento. De acordo com a sua versão mais radical e idealizada, existiria uma correspondência biunívoca e não-arbitrária, que se traduz pela fórmula: uma forma-uma função. Para os variacionistas, ao contrário, os sistemas lingüísticos são inerentemente variáveis. A alternância entre duas (ou mais) formas para expressar um mesmo significado (mesmo conteúdo proposicional ou mesmo valor verdade) é parte da estrutura das línguas. Apesar desta aparente contradição, no entanto, os dois modelos podem ser conciliados. Na verdade, isto é o que vem ocorrendo, a partir de versões mais moderadas.

Da parte dos funcionalistas é quase consensualmente aceito que o (meta-) princípio da iconicidade deve ser flexibilizado. Pressões fonológicas e semânticas (*v.g.* o “atrito fonético” e a “elaboração criativa” (Givón, 1990)) transformam continuamente a transparência icônica em arbitrariedade simbólica dando origem a: a) polissemias (ou homofonias): uma forma – duas (ou mais) funções/significados; e b) sinonímia: duas (ou mais) formas – uma função/significado. Observe-se que esta última correlação preenche a condição de identidade entre as variantes, requerida por um variacionismo mais estrito.

Entretanto, mesmo para os funcionalistas que admitem uma correspondência não-absoluta entre forma e significado, a estrutura codificante tende a *refletir* a função codificada. Ou seja, a *iconicidade* permanece como a tendência mais geral na organização gramatical.

“Se a estrutura não é tecida arbitrariamente, mas existe para desempenhar uma função, ela deverá refletir – ou ser pressionada (*constraini*) de alguma forma – pela função que desempenha (Givón, 1990).”

Da parte dos variacionistas o princípio mencionado acima, de que variantes devem expressar o mesmo significado, ainda suscita alguma polêmica (cf. Labov, 1978; Sankoff & Thibault, 1981 e Lavandera, 1978, sempre que se trata de variáveis não-fonológicas (i.e. morfossintáticas ou discursivas). As soluções encontradas pendem entre a) desqualificar o modelo em nome da relevância semântica e b) manter o modelo desconsiderando as diferenças semânticas. No entanto, a análise da variação de formas portadoras de significados particulares – que em nível mais compreensivo são semântica ou funcionalmente equivalentes – tem-se revelado não apenas possível como indispensável para a definição destes mesmos significados e funções (Gryner, 1990 e 1996). O modelo variacionista passa a admitir, portanto, dois tipos de correlação: a) duas ou mais variantes fonológicas: nenhum significado; b) duas (ou mais) variantes não-fonológicas: dois (ou mais) significados distintos com uma mesma função/significado abrangente comum.

O terceiro tipo de correlação (polissemia ou homofonia), – uma forma: dois significados – embora não seja objeto da teoria variacionista pode ser indiretamente determinado através da análise da variação. Como veremos adiante, a distribuição estatística pode ser indispensável para a definição da polissemia no caso de uma variante formal ambígua, associada a mais de uma variável (i.e. a distintos significados) em distintos contextos.

Como pretendemos comprovar, a integração das propostas funcionalista e variacionista permite novos *insights* na resolução do problema em questão. Ou seja: a) identificar a natureza das correlações ((bi-)unívocas ou plurívocas) entre as formas morfosintáticas e os significados por elas codificados, estabelecendo o *status* das diferentes categorias (formais e semânticas) identificadas no conjunto do sistema condicional; e b) explicitar a natureza funcional das suas motivações.

2. AS CONDICIONAIS: O USO DOS MORFEMAS MODO-TEMPORAIS NO CONTEXTO

2.1. As condicionais

2.1.1. O sistema prototípico: 3 formas e 3 significados

A presente pesquisa trata das flexões modo-temporais usadas nas construções condicionais do português falado. A amostra é constituída por entrevistas informais com 76 falantes cariocas, distribuídos regularmente quanto a sexo, idade e escolaridade. Focalizamos especificamente o uso – categórico e/ou variável – das formas de indicativo e subjuntivo nas orações condicionais introduzidas por *se*.

A estrutura condicional típica é uma construção de dois membros: uma oração condicionante e uma oração condicionada. A condicionante (conhecida na gramática tradicional como *oração condicional*) é, em geral, introduzida pela conjunção *se*. (cf. Quadro 1)

Quadro 1: Construção condicional prototípica

Se	estiverem a fim	eles ganham a Copa
Conectivo	+ Condicionante	+ Condicionada

Observando as construções condicionais de diversas línguas não-aparentadas, percebe-se facilmente que, embora a classificação possa variar de língua para língua (e/ou de autor para autor), há notável consistência translingüística quanto às categorias epistêmicas gramaticalizadas. Existem diversas possibilidades: desde um esquema simples constituído por uma única categoria não-marcada, isto é, expressa invariavelmente pelo indicativo, até sistemas mais complexos que podem apresentar até cinco categorias, como, por exemplo, o grego clássico. Os esquemas mais comuns são os intermediários constituídos por duas (*reais vs irrealis*. p.ex:) ou três

categorias (+*real* vs +*irreal* vs. *não* –*real* *não-irreal*: p. ex. o latim). Todos eles, porém, parecem encaixar-se em um mesmo modelo geral (algo como uma gradação epistêmica escalar: *real* – *provável* – *possível* – *improvável* – *impossível*).

É importante ressaltar que entre as diversas línguas as categorias extremas da escala tendem a ocorrer mais freqüentemente e a fixar-se formalmente, enquanto a parte intermediária tende a ser facultativa e sujeita à variação, o que lhes acarreta uma multiplicidade de interpretações contraditórias.

2.1.2. O sistema condicional do português

A descrição do sistema condicional português segue, em geral, o modelo ideal do latim clássico, visto como um sistema ternário e invariável. Com o surgimento das línguas românicas, este esquema tende a romper-se em decorrência da substituição do subjuntivo pelo indicativo. Na Península Ibérica, no entanto, o esquema ternário original é recuperado pelo aparecimento de uma forma específica para expressar o potencial: o futuro do subjuntivo, hoje praticamente extinto no espanhol.⁴

No português atual, o verbo das construções condicionais de *se* pode apresentar inúmeras formas morfossintáticas (cf. Leão, 1961), sem que se altere o seu conteúdo proposicional. No entanto, três formas ocorrem mais freqüentemente: presente do indicativo (PI), futuro do subjuntivo (FS)⁵ e imperfeito do subjuntivo (IS) (cf., respectivamente, exemplos (7), (8) e (9), adiante)

Como foi mencionado, as análises mais tradicionais correlacionam univocamente estas flexões modo-temporais a três categorias semânticas de modalidade epistêmica, respectivamente: *realis*, *potentialis* e *irrealis*. Temos portanto três correspondências:

a) PI - real

(7) Se meu noivo *está* (PI) comigo é porque gosta de mim
(42:15:2780)

b) FS - potencial

(8) Eu penso: “Se (por acaso) eu (es)*tiver*(FS) dentro de casa e *tiver*(FS) que ter um assalto ...eu tou ameaçada” (42:15:2754)

c) IS - irreal:

(9) Olha, se meu noivo *voltasse* iria me fazer tão bem... (13:02:311)

As condicionais *reais* (ou *fatuais*) pressupõem a afirmação do conteúdo proposicional veiculado (p. ex.: em (7) pressupõe-se *quer*); as *irreais* (ou *contrafatuais*) pressupõem a sua negação (p.ex.: em (9) pressupõe-se que *não voltou* ou *não voltaria*); e as *potenciais*, também denominadas *hipotéticas* (ou *não-fatuais não-contrafatuais*) não pressupõem a realidade nem a não-realidade do conteúdo proposicional (p.ex.: em (8) não se pressupõe que a informante *estará* nem que *não estará* dentro de casa; ou ainda que *terá* ou que *não terá* que ter um assalto).⁶

2.2. Correlações unívocas: motivações funcionais

A tendência a manter um sistema epistêmico ternário no português não deve ser atribuída ao acaso. Na verdade, ela associa-se a um segundo meta-princípio funcional, estreitamente associado à iconicidade: o princípio da marca.

Uma categoria é caracterizada como [+*marcada*] ou [-*marcada*] de acordo com a sua complexidade estrutural, frequência e complexidade cognitiva. A natureza marcada ou não-marcada de uma categoria depende dos contextos social, comunicativo e neurobiológico – os assim chamados “campos substantivos”. A oposição entre categorias [+ *marcadas*] e [- *marcadas*] permite estabelecer uma hierarquia entre as formas morfossintáticas: PI, FS e IS.

A correlação entre as formas do esquema condicional e os conteúdos codificados revela a atuação do princípio icônico das marcas, segundo o qual, *categorias estruturalmente marcadas são*

substantivamente marcadas. Como se pode ver dos Quadros 2 e 3, abaixo:

Quadro 2: Gradação de perceptibilidade do morfema (acentuação e acréscimo)

Perceptibilidade:		acentuação	acrécimo de sílaba
Categoria estrutural	marcas		
PI :	<i>zero</i>	-	-
FS :	<i>-r</i>	+	+
IS :	<i>-esse</i>	+	+

O Quadro 2 aponta que as formas modo-temporais do esquema condicional apresentam uma gradação de complexidade estrutural: a forma menos complexa – PI – com morfema zero, é não-marcada e se opõe às formas – FS e IS –, crescentemente mais complexas, que são marcadas pelos morfemas (*-r*) e (*-sse*).

Quadro 3: Gradação de complexidade substantiva das modalidades epistêmicas

Categorias semânticas:		reais	irreais
Categoria estrutural:	marcas		
PI	<i>zero</i>	+	-
FS	<i>-r</i>	-	-
IS	<i>-esse</i>	-	+

No Quadro 3, a distribuição das formas modo-temporais de acordo com as categorias epistêmicas confirma que a gradação de complexidade estrutural corresponde a uma gradação de complexidade substantiva. A forma estruturalmente menos complexa – PI – refere-se aos eventos *reais*, que são os menos marcados e mais frequentes na comunicação; os dois níveis de maior complexidade formal – FS e IS – correspondem aos eventos *não-reais* (não

realizados e/ou não realizáveis), que são os mais marcados e menos frequentes na comunicação. Voltaremos a estas formas adiante.

Um segundo princípio icônico, o da quantidade, confirma a motivação icônica na distinção entre as três categorias: *a informação menos preditível é codificada com mais material*. Observa-se que a quantidade crescente de material fônico e a carga maior de acentuação acarretam um aumento da perceptibilidade entre PI (acréscimo zero), FS (acréscimo de acentuação tônica) e IS (acréscimo acentuação tônica e de sílaba). A este aumento de marcas sonoras no código relaciona-se iconicamente uma gradação decrescente quanto à preditibilidade dos eventos codificados: PI codifica eventos reais (i.e., tidos como ocorrentes na realidade) logo, mais facilmente preditíveis e acessíveis cognitivamente; FS codifica eventos potenciais - nem reais nem irreais (isto é, tidos como não ocorrentes mas passíveis de ocorrer) logo, medianamente preditíveis e acessíveis cognitivamente; e, finalmente, IS codifica eventos irreais (i.e., tidos como não-ocorrentes nem passíveis de ocorrer) logo, de difícil preditibilidade e acessibilidade.

3. CORRELAÇÃO PLURÍVOCA: VARIAÇÃO E ICONICIDADE

Até aqui vimos assumindo implicitamente que as correlações entre as três formas do esquema condicional e as três modalidades epistêmicas são de natureza biunívoca. No entanto, uma observação mais atenta do uso das condicionais revela que esta é uma visão idealizada (cf. (10)-(14)):

a) real – pres ind:

(10) Se [=já que] a gente *quer* fazer o bem, tem que escutar...
(70: 13: 2591)

b) potencial (provável) – pres ind:

(11) O que é importante do ponto de vista do político, eu penso que é o seguinte: é o povo estar bem... (Se) (por acaso) Eu *estou (PI)* num regime socialista, comida e bebida, o povo está contente. (64: 21: 1236)

- c) potencial (possível) - fut subj:
 (12) Eu digo: “Ó fulano, (...) se você *for* (FS) um professor, tem noventa por cento de condições de sobreviver. (67: 28: 1468).
- d) irreal (improvável) - impf subj:
 (13) Se [domingo que vem] *tivesse* um tempo legal até assim, depois do trabalho, fazia um passeio (19: 35: 1239)
- e) irreal (impossível) - impf subj:
 (14) Se eu nascesse e *não morresse* ia dar coisa ruim (19: 36: 1240)

Em síntese, temos a seguinte situação:

- *-sse* sempre codifica as *irreais* (improváveis (13) ou impossíveis (14)) que são *sempre* codificadas por *-sse*;
- *-r* sempre codifica as *potenciais* (12), mas estas *também* podem ser codificadas por *zero* (11);
- a modalidade *real* é sempre codificada por *zero* (10), mas *zero* também codifica *potenciais* (11).

Assim, as modalidades extremas – real (10) e irreal (13-14) – são categóricas, ou seja, têm codificação cristalizada. A faixa intermediária – potenciais (11) e (12) – apresenta variação. O Quadro 4, abaixo, representa a distribuição da frequência do uso – categórico ou variável – das formas segundo a modalidade, por uma matriz de traços. Fica evidente o papel crucial das variantes potenciais na sistematização das três categorias. Veremos adiante como os índices estatísticos correspondentes à frequência de cada uma delas permitem atribuir *status* epistêmicos distintos às potenciais.

Quadro 4: Correlação entre formas modo-temporais e modalidades epistêmicas

	<i>PI (zero)</i>	<i>FS (- 'r)</i>	<i>IS (- 'sse)</i>
<i>reais</i>	+		
<i>potenciais</i>	+	+	
<i>irreais</i>			+

Para Givón, a frequência das formas é função de fatores cognitivos e sócio-culturais. Cognitivamente, o A. aponta uma associação entre a distribuição da frequência e os planos figura – fundo. Eventos mais salientes, ou “figura”, tendem a ser menos frequentes e sobressair em relação ao “fundo”, constituído por eventos mentalmente mais acessíveis, e portanto, mais frequentes. Os eventos tidos como social e comunicativamente mais próximos, mais compartilhados, são conseqüentemente mais frequentes.

A seguir nos deteremos na análise quantitativa e qualitativa de cada uma das modalidades, procurando identificar a motivação da respectiva taxa de frequência. Após a análise qualitativa das formas categóricas de representar o real e o irreal, procederemos à análise estatística da probabilidade de ocorrência das variantes PI e FS, na codificação da modalidade potencial.

3.1. Forma zero (PI) – modalidade real

Em todas as línguas as formas de real são indubitavelmente as mais frequentes e, conseqüentemente, tendem a ser não-marcadas. No português, a modalidade real é codificada por marca verbal zero (PI). Embora possa haver algum grau de variação em função do gênero discursivo, as formas que codificam o não-real são sempre as menos frequentes – e, portanto, mais marcadas. No português elas apresentam as marcas *-r* (FS) e *-sse* (IS).

Definindo a escala epistêmica de acordo com os diversos graus de comprometimento do locutor com a realidade do evento, constatamos que a modalidade real representa o extremo superior,

ou seja, a adesão absoluta, codificada iconicamente no português pelo uso categórico de PI.

3.2. Forma –sse – modalidade irreal

No extremo oposto da escala de comprometimento do locutor com a realidade do evento temos a modalidade irreal, codificada invariavelmente por –sse (IS e MPFS). São as formas menos frequentes, cognitivamente mais marcadas e estão associadas ao plano da “figura”. Como são menos acessíveis mentalmente, são interpretadas como menos evidentes e, portanto, social e comunicativamente menos compartilhadas.

Neste trabalho, dado que ambas as formas apresentam a mesma marca –sse e codificam uma “negação do conteúdo da proposição”, não nos detivemos na distinção – de natureza aspectual – entre o imperfeito e o mais-que-perfeito do subjuntivo.⁷ Independentemente das suas especificidades, estas formas foram agrupadas numa mesma categoria modal *irreal*.

Na escala de comprometimento acima citada, a modalidade irreal representa o distanciamento máximo do locutor, que é codificado iconicamente pelo emprego categórico de –sse, a forma mais marcada.

3.3. Formas –r ~ zero – modalidade potencial

O estudo da variação entre as formas morfossintáticas de codificar as condicionais potenciais (Gryner, 1990) revelou que em seu todo (i.e. somando-se as condicionais conectivas às justapostas) o indicativo apresenta a mesma frequência de uso que o subjuntivo (cerca de 45% das ocorrências). Seguindo o modelo laboviano para análise da variação, foram identificados estatisticamente os contextos que interferem na escolha de uma ou outra forma. Descreveremos a seguir o efeito de dois contextos semântico-pragmáticos que se revelaram relevantes para o uso de (FS) e (PI) (em conectivas e em justapostas): *generalização e ilustração*.

3.3.1 Generalização

Este parâmetro distingue dois tipos semânticos de estruturas condicionais: [+genéricas] e [-genéricas]. As [+genéricas] costumam ser associadas à expressão de “princípios universais”, ou “verdades eternas” e são rotuladas como “habituais”, “intemporais” e até “acronísticas”. Na verdade elas codificam relações tidas como “omnitemporais” parafraseáveis por “todas as vezes que”, “sempre que”. As condicionais [-genéricas], ao contrário, codificam relações não-genéricas. Elas podem ser parafraseadas por “se por acaso”. (cf. exemplos (15) e (16)):

a) [+ *genérica*]:

(15) ...eu acho que às vezes você conta (JUST) um segredo a outra pessoa, você tá confiando naquela pessoa, né?
...(33:12:249)

b) [- *genérica*]:

(16) – Seria uma vida melhor [após a morte]?
– Seria. *Também, se não for (FS)*, minha filha... (69: 08: 2485)

A análise probabilística revelou a relevância deste contexto para a variação entre FS e PI em justapostas (cf. Tabela 1).

Tabela 1: FS, PI em conectivas e PI em justapostas e generalizações

Variantes	Fut. subj.		PI conect		PI em justap.		Total
	freq	probab	freq	probab	freq	probab	
[genérico]	26.4	.35	28.7	.65	30.2	.58	1814
[eventual]	68.2	.65	9.4	.35	10.9	.42	975

Os índices da Tabela 1 apontam uma distribuição complementar entre as variantes: contextos genéricos favorecem o uso das variantes no indicativo (tanto em conectivas quanto em justapostas), enquanto contextos eventuais favorecem o uso do futuro do subjuntivo.

Este resultado esclarece o emprego de PI em condicionais potenciais. Os enunciados genéricos definem-se por apresentar os eventos como conhecidos pelo locutor e suficientemente freqüentes para permitir interpretá-los como regularidades. Eventos genéricos, tal como os reais, tendem a ser codificados iconicamente por indicativo. Esta é, como vimos, a forma não-marcada de codificar eventos freqüentes e, conseqüentemente, mais perceptíveis. A proximidade conceptual entre condicionais genéricas e reais vem expressa pela proximidade formal: as reais são codificadas categoricamente pelo PI, as genéricas são codificadas pela mesma forma, mas apenas preferencialmente. Neste último caso, os índices probabilísticos de PI reproduzem iconicamente o grau relativo – isto é, parcial – de adesão do locutor à verdade do conteúdo da condicional: a generalidade de um evento não garante que ele se reproduzirá, embora “seja provável” que ele torne a ocorrer.

3.3.2. Exemplificação

Esta segunda variável se refere à função da condicional na estrutura do discurso argumentativo. A exemplificação é uma estratégia bastante generalizada de persuasão. O locutor recorre à menção de um evento reconhecido e compartilhado socialmente, trazido (metonimicamente) ao diálogo como evidência empírica a favor da sua posição. Enquanto parte da estrutura argumentativa, as condicionais podem preencher várias funções (cf. Gryner, 1998, no prelo), entre elas a de exemplificação. Assim, postulamos dois tipos de condicionais: [+exemplo] e [- exemplo].

A condicional [+ exemplo] é a que veicula uma ilustração. A função pode ser identificada por um marcador (*por exemplo, suponhamos, vamos supor, imagina, você vê,* etc.) explícito (17) ou inferido do contexto (18). A condicional [-exemplo] (19) é a que veicula outras funções no interior da estrutura argumentativa.

a) [+ *exemplo*]:

(17) ...se você me conta uma coisa, por exemplo, da, da-de uma colega sua, eu não tenho por que não chegar perto de você e alertar você... (15: 07: 832)

(18) O calor do Rio, você pode ver, [*por exemplo*], se você andar numa condução em tempo de verão verdadeiro, eles ficam mais irritados. (25: 32: 1032)

b) [- *exemplo*]:

(19) Tem um cara que disse... que se você não *tem* (PI) conhecimento da realidade, você não pode intervir nela. (71: 36: 2599).

Tabela 2: FS e PI em justapostas e exemplificação

Variantes	Fut. subj.		PI em justap.		Total
	freq	probab	freq	probab	
[+exemplo]	24.3	.42	46.2	.69	911
[-exemplo]	49.1	.58	12.4	.31	1978

Os índices probabilísticos da Tabela 2, correspondentes ao contexto [+/-exemplo], apresentam distribuição complementar entre duas variantes: FS e PI em justapostas. O contexto [+exemplo] favorece o presente do indicativo. O contexto [-exemplo], ao contrário, favorece o futuro do subjuntivo.

A exemplificação remete a experiências empíricas e compartilhadas. Para tanto o argumentador menciona eventos frequentes, mais acessíveis social e comunicativamente. Daí a preferência – iconicamente motivada – pela forma verbal não-marcada (PI), flexão que também codifica – categoricamente – o modo real. A ausência de exemplificação remete, ao contrário, a eventos particulares. Sendo menos frequentes e, conseqüentemente, não-compartilhados, tais eventos serão menos acessíveis mentalmente. A mesma motivação

icônica que este contexto favoreça o FS, isto é, o modo dos conteúdos não-reais.

Da mesma forma que ocorre no contexto generalização, os resultados para [+/-exemplo] são probabilísticos e não, absolutos. O fato de que um evento [+ exemplo] seja reconhecidamente partilhado por todo o grupo não implica a sua realidade no presente ou no futuro. Indica apenas uma alta probabilidade de que ele ocorra. Os índices mais altos – mas não-categóricos – de PI refletem iconicamente esta *probabilidade*. Inversamente, os índices mais altos – mas não-categóricos – de FS refletem iconicamente a *possibilidade*.

Os resultados descritos acima permitem responder afirmativamente a uma das questões formuladas no início do trabalho. Eles evidenciam que a correlação forma e significado nas condicionais do português é basicamente icônica, tanto nos usos categóricos quanto nos variáveis. Na seção seguinte trataremos de responder à segunda questão.

4. A ESCALA EPISTÊMICA

A análise qualitativa e quantitativa das correlações forma-significado evidenciou um contínuo entre as formas categóricas e variáveis. Assim, as categorias modais correlacionadas aos usos absolutos ou variáveis das formas modo-temporais são formal e semanticamente hierarquizadas num único esquema. Os quatro padrões de distribuição estatística das formas codificadoras correspondem aos quatro graus epistêmicos que o constituem (cf. Quadro 5)

Quadro 5: Escala epistêmica e escala formal

Modalidades	Real	Provável	Possível	Improvável/impossível
Morfo-sintaxe	Ind	Ind>Subj	Ind<Subj	Subj

- *Primeiro grau*: condicional *real* codificada *categoricamente pelo indicativo*;

- *Segundo grau*: condicional potencial *provável* ([+genérica] e [+exemplo]) codificada *preferentemente pelo indicativo*;
- *Terceito grau*: condicional potencial *possível* ([+eventual] e [- exemplo]) codificada *preferentemente pelo subjuntivo*; e
- *Quarto grau*: condicional *irreal* (*improvável/impossível*) codificada *categoricamente pelo subjuntivo*.

O quadro acima revela uma inesperada relação de iconicidade entre a distribuição estatística das formas codificadoras e o seu significado: formas categóricas codificam significados categóricos, formas variáveis (favorecedoras do indicativo ou do subjuntivo) codificam significados instáveis (mais ou menos prováveis). Esta é a resposta à segunda questão proposta no início deste trabalho: as diferentes distribuições na frequência de usos (incluindo usos categóricos e usos variáveis) das formas modo-temporais têm por função refletir iconicamente a estruturação semântico-pragmática do sistema epistêmico das condicionais no português falado atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, cremos haver demonstrado que, através do modelo laboviano, é possível explicitar a correspondência entre forma e função em vários níveis, como: a) a correlação *icônica* entre as formas codificadoras (categóricas ou variáveis) e os diferentes significados associados aos contextos de uso; quanto b) a correlação *meta-icônica*, “um-a-um” e não-arbitrária, entre (uma escala de) frequências de usos e (uma escala de) categorias semânticas codificadas. No entanto, a aproximação teórica entre os modelos variacionista e *funcionalis* permitem avançar um pouco mais. Na verdade, ela levanta uma questão meta-teórica fundamental: Qual a função da (*in*) *variabilidade* na codificação lingüística da realidade?

Com base nos resultados de nossa análise, cremos ser possível propor uma resposta. Se as formas categóricas, que apresentam índices absolutos (100% ou zero), correspondem aos extremos

estáveis da escala e codificam iconicamente a completa adesão *vs.* completo distanciamento do locutor; e se as de índices relativos (i.e. de maior ou menor probabilidade), correspondentes à faixa de instabilidade, codificam iconicamente distintos graus intermediários de adesão, então a função da (in)variabilidade (representada pelos índices relativos e absolutos), será codificar iconicamente, através de sua gradação estatística, a natureza categórica ou probabilística da percepção da realidade.

Até certo ponto, esta hipótese encontra respaldo no princípio lingüístico funcionalista das marcas. Segundo Givón, da mesma forma que existe uma iconicidade sintática na correspondência entre complexidade estrutural e complexidade substantiva, haveria, em nível mais abstrato, uma *iconicidade mental* na correspondência entre a complexidade cognitiva e a complexidade substantiva e estrutural. Este segundo princípio poderia ser assim formulado:

Categorias estrutural e substantivamente marcadas
são cognitivamente marcadas.

Como vimos, há inúmeras evidências de uma gradação de complexidade estrutural e substantiva na codificação das categorias epistêmicas. De acordo com o princípio icônico acima, ela corresponde a uma gradação de complexidade cognitiva. Restaria apenas explicar *por que* esta complexidade inclui graus variáveis de frequência no uso das formas. Sugerimos, como hipótese explanatória, que esta variação representa formalmente a cristalização *vs.* os graus de instabilidade com que a mente percebe e interpreta a realidade contínua. Ela responderia, portanto, a um princípio meta-teórico referente à iconicidade do processamento mental, intrínseco ao próprio funcionamento lingüístico, social e cognitivo:

A codificação probabilística das formas lingüísticas representa
iconicamente a forma probabilística de o cérebro processar
a realidade socialmente codificada.

NOTAS

¹ Trabalho originalmente apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPOLL. Campinas, junho-98.

² A validade desta afirmação está condicionada à definição que se dê para as categorias em questão. Na verdade a complexidade na identificação do sistema epistêmico expresso pelas formas verbais se deve em grande parte às sinonímias e ambigüidades das definições usuais – apriorísticas e de caráter logicista. Por outro lado, porém, em seu sentido coloquial os rótulos nos parecem transparentes. Este trabalho pretende demonstrar que é precisamente o estudo do uso das formas no contexto que permite a sistematização das categorias epistêmicas.

³ Este trabalho se situa na intersecção entre o Funcionalismo Lingüístico e a Teoria da Variação. No entanto, ela não se limita a uma aproximação superficial entre “fatores” funcionais e usos variáveis; ou, muito menos, a uma utilização descompromissada dos procedimentos da TV como ferramenta metodológica autônoma. É o que se pretende comprovar neste trabalho.

⁴ O desaparecimento quase absoluto do futuro do subjuntivo no espanhol levou à simplificação do sistema condicional. Assim, Gili y Gaya (1979) distingue apenas dois tipos de condicionais, de acordo com a forma verbal da condicionante: condicionais de subjuntivo (*irreais*) e condicionais de indicativo (*não-irreais*). No entanto, uma tendência a recuperar o sistema ternário persiste, com o emprego não-padrão do futuro do pretérito (Lavandera, 1975, 1984 e Silva-Corvalán, 1989).

⁵ Mesmo no português e em contextos típicos, como as orações condicionais potenciais, onde continua produtivo, o uso do futuro do subjuntivo é bastante instável, alternando com o presente do indicativo (Gryner, 1990, 1995). É importante ressaltar, no entanto, que, apesar da constante variabilidade destas formas não-extremas do contínuo, o sistema básico tripartite vem-se mantendo desde a origem da língua (Leão, 1961).

⁶ Estas correlações estão longe de ser consensuais. Há discordâncias tanto com relação à abrangência das categorias quanto à interpretação semântica dos dados. Assim, alguns autores não admitem as condicionais fatuais (p.ex. *se = já que*), que denominam *falsas condicionais*. Admitindo-as ou não, muitas vezes só se distinguem duas categorias: quer sejam *realis* vs. *irrealis* (contrafatuais) quer *contrafatuais* vs. *irreais* (potenciais e mesmo, excepcionalmente, também as reais). A maior parte das tipologias não distingue entre os significados do imperfeito do subjuntivo e do futuro do subjuntivo, englobando ambas as formas numa mesma categoria (potencial) – quer como *irreais*, quer como *não-irreais*; por outro lado, as condicionais genéricas (*se = sempre que*) – no futuro do subjuntivo ou no presente do indicativo - ora são tratadas como (potenciais) “irreais”, ora como *reais* ou falsas condicionais (fatuais). Veremos adiante que

nenhuma das tipologias disponíveis dá conta das distinções sutis presentes nos sistemas epistêmicos mais complexos, como é o caso do português.

⁷ Embora a oposição entre as formas simples e compostas que codificam a contrafactualidade no passado, ultrapasse o âmbito da presente discussão, é importante ressaltar que, ao ignorá-la, estamos neutralizando a oposição semântica entre os dois últimos graus da modalidade epistêmica (improbabilidade e impossibilidade). Com a inclusão desta última distinção o português passa a integrar o grupo restrito de línguas que apresentam as escalas epistêmicas mais complexas, constituídas por cinco categorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, M. Luiza. As orações de tempo no discurso oral. In.: KOCH & I. BRAGA, M.L. (Orgs). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (28):69-83- jan./jun. 1995.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional typological introduction*. Benjamins, 1990.
- GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: 1979.
- GRYNER, Helena. *A variação de tempo-modo e conexão das orações condicionais do português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- _____. Graus de vinculação nas orações condicionais. In.: KOCH & I. BRAGA, M.L. (Orgs). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (28):69-83- jan./jun. 1995.
- _____. *La séquence argumentative: structure et fonction*. Autour de l'Argumentation. Québec: Nuit Blanche edit, 1998 (no prelo).
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. Austin, Texas: Suthwest Educational Development Laboratory, 1978.
- LAVANDERA, Beatriz. *Linguistic structure and sociolinguistic conditioning in the use of verbal endings in "si"- clauses (Buenos Aires Spanish)*. University of Pennsylvania, 1975.
- _____. "Where does the sociolinguistic variable stop?" in *Language in Society*, London, 7:171-82, 1977.
- _____. *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette. 1984.
- LEÃO, A. Vaz. *O período hipotético iniciado por SE*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1961.
- MARTEL, Guylaine. *Pour une Rhétorique du Quotidien*. Recherches sociolinguistiques / 4. CIRAL Québec. 1998

-
- PERELMAN, Chaïm e OLBRECHT-TYTECA, Lucie. *Traité de l'argumentation. (La nouvelle réthorique)*. Université de Bruxelles, 1988.
- SANKOFF, David & THIBAUT, Pierrette. *Weak complementarity: tense and aspect in Montréal french*. Montréal, 1981.
- VINCENT, Diane. *The sociolinguistics of exemplification in spoken French in Montreal*. *Language Variation and Change*, 4 (2): 137-162, 1992
- SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística, teoría y análisis*. Ed.Alhambra, 1989.